

Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos

*Carlos Schmidt**

*Matemático. Doutor em Desenvolvimento Econômico
e Social (EHESS-França). Professor
e Pesquisador da UFRGS.*

*Ronaldo Herrlein Jr.**

*Economista. Doutor em Economia pela Unicamp,
Técnico da FEE e Professor da PUCRS.*

Resumo

Estas notas consistem na primeira etapa de uma pesquisa acerca dos projetos contemporâneos de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul (governos de Antônio Britto e de Olívio Dutra). As notas contêm uma avaliação crítica desses projetos, feita a partir de uma resenha da história econômica da região no século XX, considerada com base em um quadro de análise inspirado na Teoria da Regulação. A resenha periodiza o desenvolvimento econômico regional e põe em relevo os arranjos histórico-sociais que permitiram ao Rio Grande do Sul se manter, ao longo do século XX, como quarta economia regional do País. A consideração do desenvolvimento econômico regional em perspectiva histórica permite avaliar as origens e as possibilidades dos distintos projetos contemporâneos para o desenvolvimento.

Palavras-chave

Economia do Rio Grande do Sul; desenvolvimento econômico; história econômica; desenvolvimento regional.

* Os autores agradecem os comentários do Economista Renato Dalmazio da FEE a uma primeira versão destas notas, que contribuíram muito para melhorar o texto original, eximindo-o das possíveis incorreções remanescentes.

Abstract

These notes are the preliminary outcomes of a research concerning the contemporary development projects set up in the state of Rio Grande do Sul (Brazil) during the governments of Antônio Britto and Olívio Dutra. The paper includes a critical evaluation of these projects which is grounded on a brief review of the economic history of this region throughout the twentieth century. This review identifies distinctive periods of the evolution of the regional economic development and sheds light on the social and historical arrangements that contributed for Rio Grande do Sul to preserve its situation as the fourth largest regional economy in the country during the twentieth century. The theoretical framework of this paper is based on the Regulation Theory. In this paper it is asserted that the roots of and the strengths and weaknesses of the distinctive contemporary development projects could be assessed by analyzing them from a historical perspective.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta editoria em 12.12.01.**

1 - Introdução

Estas notas representam um primeiro esforço de demarcação temática e analítica de uma pesquisa que estamos realizando acerca dos dois projetos contemporâneos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Nosso objetivo principal, neste artigo, consiste em dar forma às primeiras conjecturas que fizemos a respeito desses projetos e da trajetória histórica do desenvolvimento regional, em caráter exploratório e com o propósito de suscitar uma primeira discussão com outros colegas. Desde os anos 90, vêm defrontando-se, no cenário político gaúcho, dois “projetos de desenvolvimento” para a região. O primeiro deles, que se realizou em parte no mandato do Governador Antônio Britto, foi derrotado eleitoralmente em 1998 e tem, no nosso entender, todo o direito de postular que não teve tempo hábil para colher os frutos das transformações que operou sobre a economia, sobre a sociedade e sobre a política do Estado. O segundo “projeto” encontra-se em curso no mandato do Governador Olívio Dutra e será submetido ao teste das urnas em 2002.

Entretanto, por alguns resultados obtidos pelo primeiro e já alcançados pelo segundo governo, mas principalmente pelo arcabouço de ambos os projetos, é possível fazer um exercício de investigação sobre as matrizes históricas e sociais, bem como de prospecção sobre as potencialidades dessas duas visões de condução das transformações socioeconômicas no contexto atual, a partir do aparelho de Estado regional.¹

Nesta introdução, apresentamos algumas referências teóricas da pesquisa, que também serão “testadas”, por assim dizer, na seção seguinte, em que recuperamos, em largos traços, o processo de desenvolvimento capitalista no RS. Adotamos um quadro teórico de análise inspirado na Teoria da Regulação, cujo propósito original consistiu em compreender, circunstanciadamente, os arranjos socioeconômicos estabelecidos no próprio curso da história. Essa teoria constrói-se em oposição ao paradigma neoclássico e compreende o que chama de “modo de desenvolvimento” de uma sociedade como sendo a articula-

¹ As diretrizes e práticas dos governos de Olívio Dutra e Antônio Britto quanto ao desenvolvimento econômico do RS são aqui consideradas como “projetos de desenvolvimento” sem maior rigor formal. Nos dois campos políticos, encontramos apenas indícios, tanto nas diretrizes e proposições enunciadas como nas práticas de governo, de concepções e orientações gerais, nem sempre coerentes, referentes à economia estadual, suas potencialidades e deficiências, bem como a respeito dos rumos e das características desejáveis para o desenvolvimento econômico. Tais elementos não chegam a constituir uma visão acabada e formalizada (projeto) para o desenvolvimento econômico regional. Como tal “expressão viva” do dinâmico jogo das forças sociais em disputa, essas orientações e práticas dos governos constituem projetos de desenvolvimento em construção.

ção entre um **regime de acumulação** (de capital) e um **modo de regulação** (Lipietz, 1985; Boyer, 1987).

As condições necessárias para garantir a estabilidade do processo de acumulação são dadas por instituições. Para os regulacionistas, as formas institucionais (tipos de instituições) conjugadas constituem um modo de regulação. As principais formas institucionais são: a relação salarial, a forma do Estado, o modo de adesão ao regime internacional, as formas de concorrência e da restrição monetária.

Convém indicar que estamos cientes de que a teoria da regulação foi elaborada para analisar uma formação econômico-social nacional. Entretanto acreditamos que possa fornecer elementos para construir um quadro de análise de uma região de um país. Esses elementos retiramos, em parte, de um quadro de análise estabelecido para um setor da economia (Boyer, 1990) que, tal como uma região, é limitado e/ou favorecido por um regime de acumulação e um modo de regulação nacionais, isto é, estes lhe impõem restrições e possibilidades.

Acreditamos que as formas institucionais guardam especificidades em nível regional (no caso que analisamos, referidas principalmente ao Estado regional e a suas relações com a sociedade civil gaúcha). Da mesma forma, o regime de acumulação estabelecido em escala nacional articula, de modo específico, cada região, particularmente em um país com dimensões continentais.² As articulações entre o “padrão regional” de acumulação (ou as formas regionais da produção capitalista) e as formas institucionais regionais produzem relações que lhes são próprias (o modo específico do desenvolvimento econômico regional), ainda que condicionadas e limitadas pelo modo de desenvolvimento da formação econômico-social nacional.

2 - A trajetória histórica do desenvolvimento no Rio Grande do Sul

Procuramos aqui delinear, em largos traços, o processo de desenvolvimento econômico capitalista no RS ao longo do século XX. Pensamos que os projetos hoje em disputa, bem como as questões em torno das quais se defrontam o Estado federado e a União, estão referidos à formação histórica regional, assim como as práticas atuais e os discursos que as fundamentam e sustentam são informados por valores culturais enraizados na sociedade gaúcha. Além disso,

² Na seção seguinte, enfocamos o desenvolvimento econômico regional levando sempre em conta o modo como os setores produtivos e as atividades econômicas sediadas na região se articularam no processo nacional de acumulação de capital.

diferentes visões sobre o processo de desenvolvimento econômico no RS, que se revelam nas interpretações históricas, informam, direta ou indiretamente, os projetos em disputa.

Buscamos, nessa abordagem panorâmica, identificar e compreender os arranjos históricos regionais, socioeconômicos e políticos que permitiram ao RS se manter, ao longo do século XX, como a quarta economia regional do País, em que pese a recorrente “crise da economia gaúcha” (Oliven, 1998). Estas breves notas históricas pretendem ser um primeiro ensaio para a compreensão do **modo específico de desenvolvimento econômico regional** no âmbito da realização histórica do capitalismo brasileiro, periférico e dependente. Fazemos isso através de uma resenha crítica de alguns dos estudos já elaborados acerca da história econômica regional no século XX.

2.1 - O “modelo gaúcho” de desenvolvimento — 1889-1930

O período da chamada República Velha (ou Primeira República) é extremamente rico para a história regional, pois, então, a economia e a sociedade gaúchas mudaram a sua face, e também o poder político regional experimentou grandes transformações, processos estes que guardam relativa autonomia, mas que se articulam (Fonseca, 1983; Herrlein Junior, 2000a). Nesse momento de sua história, o RS teve uma original forma de desenvolvimento, na qual os impulsos dinâmicos endógenos concorreram com uma diversificada pauta de exportações regionais para estabelecer um ritmo de crescimento econômico expressivo, equiparável ao do complexo cafeeiro (Herrlein Junior, 2000a).

Esse modo específico de desenvolvimento econômico, sem paralelo entre as demais regiões brasileiras, estabeleceu-se nos marcos de um relativo isolamento regional e de uma economia nacional ainda pouco integrada. A economia do RS era basicamente agroexportadora, voltando-se para diversos mercados regionais, especialmente do centro econômico do País. No contexto nacional, tratava-se de uma economia regional subsidiária, tal como sempre havia sido a economia gaúcha estabelecida na fronteira dos domínios luso-brasileiros. Entretanto a novidade histórica do primeiro período republicano, que sucedeu imediatamente à abolição da escravidão, é que, nessa época, se configurou uma importante economia de mercado interno, especialmente a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das colônias de pequenos proprietários e da indústria de Porto Alegre. Registrou-se, nesse período, uma grande expansão econômica e demográfica, demonstrando a economia regional um dinamismo notável e peculiar na sua forma, pois foi amplamente determinada pela demanda interna à região.

A acumulação comercial dispersa nas zonas coloniais e em sua cidade-pólo, a Capital, conjugou-se à acumulação comercial em um segundo pólo econômico regional, vinculado à pecuária tradicional, enquanto ainda transcorria a expansão da fronteira agrícola regional no quadrante noroeste do território estadual. Tais elementos configuravam uma economia diversificada, com elevado grau de auto-suficiência e superávits comerciais em relação ao resto do Brasil.

Transcorreu, nesse período de 40 anos, a grande expansão comercial da lavoura de alimentos das colônias, o surgimento e a expansão da lavoura capitalista do arroz, bem como da indústria. A indústria era diversificada por uma ampla gama de bens leves de consumo e bens intermediários, sendo bastante articulada com a base primária. Essa indústria possuía, basicamente, um caráter regional, operava com salários superiores aos da indústria regional paulista, em relação à qual era menos concentrada.

Ao final dos anos 20, a economia gaúcha ganhara complexidade e diversidade, ampliando suas importações do Exterior e do resto do Brasil. Durante todo esse período e até os anos 40, os setores em que era expressivo o trabalho assalariado na economia gaúcha foram a indústria, o comércio e o serviços no meio urbano e a pecuária e a lavoura do arroz no meio rural.

O Estado regional desempenhou um papel decisivo para essa trajetória econômica. Nesse período da história republicana, estabeleceu-se uma forma de Estado regional, no quadro da Federação, que dispunha de larga autonomia. No caso gaúcho, essa autonomia foi concomitante ao domínio do aparelho de Estado por uma direção política que logrou articular um arco de alianças com novas frações de classe emergentes, em lugar do domínio político das velhas classes dominantes. O Estado regional, nesse período, apoiou o processo de colonização, combateu o contrabando, estimulou a indústria regional e o desenvolvimento dos transportes fluviais e ferroviários, acabando por encampar os portos de Porto Alegre e de Rio Grande, bem como a rede ferroviária, no contexto da chamada política de “socialização dos serviços públicos” realizada por Borges de Medeiros a partir do terceiro de seus cinco mandatos de “presidente” do Estado.³

De um modo geral, a ação econômica do Estado esteve voltada para a integração e a ampliação do mercado interno, para o fortalecimento e a diversi-

³ A relativa debilidade da acumulação capitalista no RS, menos concentrada e de volume inferior à que se verificava em São Paulo, parece ter implicado a ação econômica do Estado regional no sentido de suprir as carências de infra-estrutura com que se defrontou o processo de desenvolvimento econômico (Almeida, 1992). Em 1910, o conjunto do território estadual estava integrado pelas vias fluviais e ferroviárias (cinco ramais em conexão) (Herrlein Junior, 2000a).

ficação da economia estadual. Caracterizou-se pela tributação da propriedade da terra, buscando reduzir os impostos indiretos que oneravam as exportações regionais, enquanto aplicava recursos fiscais na rede pública de ensino, básico e técnico. Voltou-se, também, para a promoção dos interesses dos setores produtivos estaduais, organizando-os de forma corporativa em sindicatos e associações, com preocupações acerca do abastecimento da população local, de controle da qualidade do produto e das condições de mercado.⁴

O deslocamento da hegemonia política regional representou uma ruptura política radical e deu-se à custa de muito sangue e violência (Targa, 1996b), abrindo espaço para uma forma específica de Estado regional. Tal forma implicou não apenas a referida autonomia, mas também se caracterizou por um perfil de intervencionismo na economia. A direção desse Estado regional foi exercida por um núcleo de quadros políticos com forte coesão ideológica, dotados de um autoproclamado referencial científico, o positivismo, e organizados sob a disciplina e a hierarquia de um partido político moderno, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). As dificuldades de reprodução das estruturas econômicas e sociais baseadas na pecuária tradicional e, simetricamente, o espaço aberto para o crescimento da chamada economia colonial solaparam as velhas oligarquias da pecuária, deslocando o seu predomínio econômico, o que favoreceu o seu deslocamento político.

Nesse período em que transcorria a transição capitalista da economia nacional, esse processo assumiu, no RS, contornos muito distintos daqueles que marcaram a mesma transição na região do complexo cafeeiro, que se tornaria o centro dinâmico do capitalismo nacional a partir dos anos 30. As características desse período histórico podem ser referidas como um “modelo gaúcho” de desenvolvimento econômico, contemplando um certo padrão de acumulação, menos concentrado, uma estrutura social menos desigual e uma forma de Estado correspondente à moderna dominação burguesa (em oposição à dominação tradicional, oligárquica) (Targa, 1998a). As transformações institucionais que deslocaram a antiga classe dominante permitiram a constituição de uma regulação que potencializava o novo padrão de acumulação. Essa evolução, que conjuga um projeto econômico de diversificação produtiva e de incremento do mercado interno e um projeto político de um Estado autoritário, centralizado e

⁴ Segundo o Historiador Décio Freitas, “Em nenhuma outra região brasileira, o federalismo assumiu forma mais efetiva e radical do que no RS. A autonomia federativa serviu de instrumento para uma modernização da região. O reformismo agrário e a imigração se combinaram para criar uma numerosa e próspera classe média rural, a primeira do Brasil. Podia-se, naqueles tempos, promover uma industrialização autônoma financiada só pela poupança interna, e foi o que o RS fez. Administrações competentes utilizaram copiosos superávits orçamentários em investimentos infra-estruturais” (Freitas, 1992, p. 36).

intervencionista, representa um arranjo histórico particular, um determinado modo de desenvolvimento socioeconômico.

O relativo sucesso desse novo padrão de acumulação repercutia no reforço do arranjo institucional que abria espaço para a promoção dos interesses de novos grupos sociais e frações de classe. Nesse período, configurou-se um “modelo gaúcho” de desenvolvimento, em sentido estrito, porque a regulação se conjugou com a acumulação numa articulação coerente e estável, ainda que dinâmica e conflituosa. Esse “modelo gaúcho” de desenvolvimento foi uma criação histórica, que trouxe uma profunda transformação da sociedade regional — sua modernização econômica e política.

2.2 - Transição: descontinuidade política e crise da economia regional — 1930-64

Os anos 30 assinalam uma mudança importante do processo de acumulação em escala nacional, pois a economia brasileira passa a apresentar uma dinâmica de movimento endogenamente determinada (Furtado, 1982), enquanto principia um processo mais intenso de integração do mercado nacional (Cano, 1985; Targa, Ribeiro, Herrlein Junior, 1998). Não obstante, a forma de articulação do RS com a economia nacional e o padrão regional de acumulação pouco se alteraram no período 1930-50. As bases do crescimento econômico do RS consistiram na manutenção de seu papel de exportador agropecuário e agroindustrial para o mercado interno brasileiro, bem como na ampliação de seu mercado interno regional.⁵

Ao longo das décadas de 30 e 40, a ampliação do mercado interno nacional, protegido das importações, permitiu que os setores produtivos regionais gaúchos permanecessem a salvo de pressões concorrenciais de produtores agrícolas melhor localizados ou de produtores industriais do centro, cujos estabelecimentos operavam com maiores economias internas (escalas de produção superiores) e externas (sobretudo baixos custos relativos de energia elétrica). Segundo Antônio Barros de Castro (1971), até meados dos anos 50, pelo menos, a restrita integração do mercado nacional para a produção industrial e a escassez de oferta de bens industriais permitiram que a indústria gaúcha se expandisse no período com escalas de produção antieconômicas e elevados

⁵ Para essa ampliação, a urbanização provavelmente foi o principal fator determinante. Nesse período, a população urbana cresceu bem mais que a população total. Entre 1920 e 1940, a população urbana cresceu 3% a.a. e 3,2% na década seguinte, enquanto a população total, nos mesmos períodos, cresceu às taxas de 2,1% e 2,3% a.a. (cf. Herrlein Junior, 2000).

custos de produção, que se revelariam insustentáveis quando a integração do mercado interno brasileiro impôs condições concorrenciais mais severas aos produtores gaúchos.⁶

A indústria gaúcha, entre 1920 e 1950, acentuou o seu caráter regional e experimentou um processo de desconcentração técnica, simultâneo a um expressivo crescimento do valor da produção, de aproximadamente 5,5% ao ano. A desconcentração foi expressa pela redução do peso dos “grandes” estabelecimentos (mais de 100 operários) no emprego de operários industriais, que era de 51% em 1920, e reduziu-se para um terço, refletindo o crescimento da importância relativa dos estabelecimentos “médios” (de 10 a 100 operários). O emprego industrial também se expandiu, e a tendência foi de aceleração da expansão industrial na passagem da década de 30 para a de 40 (Herrlein Junior, 2000). O perfil setorial da indústria gaúcha permaneceu basicamente o mesmo, com uma pequena redução do peso majoritário da indústria da alimentação.

Nas duas décadas seguintes à Revolução de 1930, a pecuária tradicional voltou a apresentar dificuldades, mas manteve seu crescimento paulatino. O principal produto, o charque, ainda experimentava a fase derradeira de sua trajetória decadente. Na agricultura, havia fortes indicações de que se iniciara um processo de esgotamento da produtividade na lavoura colonial, que, no entanto, como a pecuária, teve seus produtos fortemente valorizados no mercado nacional (Torres, 1983). Seguramente, nesses 20 anos, devem ter se expandido as relações de assalariamento, em vista da expansão industrial, da urbanização, mas também em virtude da formação de um novo setor produtivo, a lavoura capitalista do trigo, que se tornaria, isoladamente, o principal setor da produção primária no início dos anos 50.

A economia gaúcha seguiu sua trajetória expansiva, tal qual a economia brasileira, com um pequeno período recessivo que se seguiu à crise mundial iniciada em 1929. Não obstante, a economia gaúcha apresentava importantes problemas, indicativos do esgotamento do padrão de desenvolvimento econômico configurado nos 40 anos da Primeira República.

Dentre os principais problemas que se manifestaram a partir de 1930, o esgotamento da fronteira agrícola parece ter sido decisivo para uma economia regional com ampla base agropecuária e uma indústria estreitamente vinculada

⁶ Também Souza (1973) assinala a permanência da estrutura industrial gaúcha até 1950, com escalas ainda correspondentes a um alcance de mercado apenas regional. Pedro Almeida (1993), embora considerando que a partir dos anos 30 estava em curso um processo de acumulação de capital integrado em escala nacional (uma única e mesma dinâmica de acumulação), entende que a concorrência inter-regional para produtos industriais ainda era muito restrita antes de 1950.

a ela (Accurso, Candal, Veras, 1965), pois significava a impossibilidade de seguir expandindo a agropecuária colonial, senão para fora dos limites territoriais estaduais, como emigração de pequenos produtores rurais. A expansão da população rural favoreceu a formação de minifúndios e a migração rural-urbana, pressionando o mercado de trabalho nas cidades. Contudo a expansão das atividades urbanas parece ter sido suficiente para que se mantivesse ainda o mesmo padrão da regulação salarial.⁷ De outra parte, a fragmentação da propriedade da terra na lavoura colonial obstaculizava a ampliação da produtividade, enquanto o latifúndio permaneceu consolidado ao sul do Estado, sem que a pecuária extensiva alterasse seu padrão produtivo.⁸

Se, do ponto de vista econômico, a região gaúcha permaneceu, nas décadas de 30 e 40, com o mesmo padrão produtivo e de relações inter-regionais já estabelecido, parece-nos que houve uma ruptura no “modelo gaúcho”, em vista das importantes mudanças na forma do Estado. É nítido, no período inaugurado em 1930, o esvaziamento de poder do Estado regional, que perdeu funções e, no caso gaúcho, também capacidade de empreender transformações econômicas e sociais através de suas ações.⁹

Esse processo de esvaziamento do poder de Estado em âmbito estadual afetou particularmente o RS, pois o Estado regional havia exercido um papel decisivo, nos marcos institucionais anteriores, para o desenvolvimento econômico regional. O Governo Estadual seguiu buscando efetivar ações públicas capazes de favorecer o desenvolvimento regional, tendo fracassado em suas iniciativas.¹⁰ Parece-nos que, a continuar o padrão de desenvolvimento forjado nas quatro

⁷ Entre 1920 e 1950, manteve-se no mesmo patamar a parcela salarial na renda industrial, embora o custo salarial médio por empregado tenha se tornado inferior ao da indústria paulista em 1950. O principal obstáculo à manutenção dos maiores níveis regionais de custo salarial médio (que eram observados em 1920) parece ter sido o restrito crescimento da produtividade econômica. Ver, a respeito, Herrlein Junior (2000).

⁸ Outros problemas que afetaram a economia gaúcha a partir dos anos 30 foram a restrita aplicação da poupança em investimentos produtivos, a carência de energia elétrica e a fragmentação do capital industrial.

⁹ Como se sabe, o primeiro ciclo de Getúlio Vargas na Presidência da República acentuou, sobremaneira, a centralização do poder de Estado, que ampliou suas funções na regulação econômica, estimulou o desenvolvimento industrial e procedeu à organização do mercado de trabalho urbano em bases institucionais nacionais.

¹⁰ A reorganização dos sindicatos da produção (vinho, banha, arroz, mate, etc.), segundo preceitos julgados adequados pelos produtores regionais, esbarrou na nova legislação nacional de sindicalização no meio rural, além de defrontar-se com a formação de organismos públicos nacionais nos mesmos setores. A iniciativa de recolher fundos privados e públicos para implantar um frigorífico nacional, assim como a tentativa de implantar a frota mercante do RS também se frustraram, conforme Bak (1977).

décadas anteriores, as funções do Estado regional também seriam decisivas no novo período, pois lhe caberia um papel importante na resolução de problemas de infra-estrutura, como era o caso da energia elétrica.

A continuidade do padrão de acumulação regional após 1930 não se fez sem uma significativa defasagem da indústria, em comparação com o centro econômico do País. A produtividade cresceu em índices inferiores aos da indústria paulista, assim como os salários médios (Herrlein Junior, 2000). É provável que essa defasagem da indústria gaúcha, que se acentuou entre 1940 e 1950, tenha relação com a reabertura do comércio mundial após a Segunda Guerra, ensejando uma oportunidade de reequipamento e modernização que foi aproveitada pela indústria do centro do País.

A chegada dos anos 50 explicitou os limites do padrão regional de acumulação. Eles se manifestaram na forma de uma crise econômica regional, com múltiplos determinantes. Trata-se de uma crise especificamente regional, porque, nessa década, a economia brasileira realizou um “grande salto” com o Plano de Metas (1955-59), resultado da ação de um Estado desenvolvimentista, sob o Governo de Juscelino Kubitschek. A instalação dos novos setores industriais assinalou uma nova fase da industrialização brasileira (Tavares, 1998; Mello, 1982), regionalmente concentrada no sudeste (Castro, 1971).

Os fatores determinantes da crise, além dos já referidos limites endógenos do padrão de acumulação da economia gaúcha, podem ser identificados na integração rodoviária do mercado nacional e nas conseqüências do próprio Plano de Metas. A integração do mercado nacional ensejou que novas áreas de produção agropecuária (Paraná e Centro-Oeste) alcançassem os mercados do centro do País com vantagens de produtividade e localização sobre os produtores gaúchos, enquanto os produtos industriais de São Paulo começavam a adentrar expressivamente o mercado regional em condições vantajosas frente aos produtores locais. Paralelamente, a lavoura do trigo experimentou uma grande crise, em parte devida aos acordos do Governo Federal com os EUA para importação dos excedentes da produção tritícola daquele país. Em vista desse quadro de crise no Setor Primário, a renda regional foi bastante afetada, sendo difícil identificar as causas particulares da crise na indústria. Essa crise resultou tanto dos efeitos depressivos da própria economia regional, como da concorrência com os produtos industriais que chegavam de São Paulo (Castro, 1971).

As conseqüências do Plano de Metas transcendiam o aspecto da concentração dos investimentos na Região Sudeste, que determinava uma defasagem no crescimento da economia gaúcha. Há indicações de que o regime monetário (inflação ascendente) e o regime cambial (taxas múltiplas), sob os quais se implantou o Plano de Metas, afetaram negativamente a economia gaúcha

(Dalmazo, 1992), implicando perdas de renda para certos agentes econômicos regionais.¹¹

Pensamos que a crise da economia gaúcha tem múltiplos aspectos e determinantes, pois, de um lado, traduziu uma trajetória regional particular em vias de esgotamento (Accurso, Candal, Veras, 1965), mas, de outro, decorreu, também, da rearticulação do espaço econômico nacional, concomitante à passagem ao regime de acumulação da “industrialização pesada” regionalmente concentrada, com a decorrente transformação da forma particular de articulação da economia regional com a acumulação de capital em marcos nacionais.¹²

A percepção da crise mobilizou os agentes econômicos regionais, os governos estaduais e também a opinião pública.¹³ O Governo Leonel Brizola (1959-63), apesar de deter poucos instrumentos de intervenção econômica, empreendeu uma contundente reação política à crise e à exclusão do Estado do bloco de investimentos do Plano de Metas. Sua assessoria econômica produziu argumentos que, a despeito de sua incorreção, favoreceram uma série de conquistas junto ao Governo Federal (Jânio Quadros) em reunião de cúpula da Presi-

¹¹ Embora os preços dos produtos da agropecuária em geral e dos produtos “exportados” pelo RS para o resto do País tenham subido mais que os preços industriais e a média dos preços do País (Accurso, Candal, Veras, 1965), paradoxalmente o regime inflacionário parece ter prejudicado os produtores agropecuários do RS (Oliveira, 1960). Tal paradoxo encontraria uma explicação plausível nas características dos processos de formação de preços na agropecuária brasileira (conforme a análise estruturalista de Inácio Rangel), cabendo aos agentes envolvidos na estrutura de comercialização certos ganhos decorrentes do processo inflacionário.

¹² Segundo as interpretações então correntes e que se tornaram de domínio público no início dos anos 60, a crise da economia gaúcha teria, sobretudo, causas externas, vinculadas, principalmente, à implantação do Plano de Metas e à política econômica que lhe garantiu condições de êxito. Dentre os argumentos, um tanto impressionistas, então levantados, cabe assinalar o que entendia que a economia gaúcha estava sofrendo perdas nos termos de intercâmbio com o centro econômico do País, ou seja, deterioração nos preços dos produtos exportados em relação aos dos produtos importados, o que provocaria a transferência de recursos do Estado para outras regiões. Também se acreditava estar ocorrendo transferência de rendas através do mecanismo fiscal da União, que teria passado a arrecadar muito mais do que despendia em investimentos e gastos públicos no RS. Desse ponto de vista, o RS estaria sendo vitimado por uma espécie de “imperialismo” interno paulista, semelhante ao que teria ocorrido com outras regiões atrasadas do País. Os argumentos que sustentavam esse ponto de vista para explicar a crise gaúcha, acima comentados, foram quase totalmente invalidados pelo criterioso estudo dos Economistas Accurso, Candal e Veras, que veio a lume em 1965.

¹³ Chegou-se a pensar que estava em curso a transformação do RS em um “novo nordeste”, no sentido de se tornar área periférica, com crescimento restrito e ampliação da pobreza (Oliveira, 1960).

dência e dos governadores da Região Sul, realizada em Florianópolis, em 1961.¹⁴ Tais conquistas (implantação de refinaria de petróleo, da siderurgia de aços finos, dentre outras) conjugaram-se à ação do Governo do Estado na encampação dos serviços de telefonia e energia elétrica, trazendo repercussões que se fa-riam sentir somente a partir do final dos anos 60.

A crise da economia regional nos anos 50 deixou marcas profundas na “auto-imagem” da sociedade regional. Sandra Pesavento refere-se a uma “grande frustração histórica”, associada à posição econômica periférica que o Estado teria assumido em relação ao centro do País (Pesavento, 1992). Afinal, perguntar-se-iam os gaúchos, como foi possível ficarmos para trás, perdermos o “bonde da história”, após a conquista do poder nacional? Décio Freitas refere-se ao “desfalecido orgulho gaúcho” (ibid. 1992) para dar conta da mesma frustração de um desenvolvimento econômico que se tornou subordinado e parece ter perdido suas virtudes sociais de outrora, seu caráter não-excludente. Em um depoimento do final dos anos 80, Nelson Werneck Sodré assinala o “empobrecimento do Rio Grande” e a perda de traços históricos (sociais, políticos e morais), em vista da defasagem econômica.¹⁵

Nas análises acerca do desenvolvimento econômico regional, essa frustração também se fez presente. As velhas teses da relação centro e periferia alimentaram uma série de estudos sobre a divisão nacional do trabalho, que atribuem uma suposta falta de dinamismo e perda de posição da economia gaúcha ao seu papel “periférico” na economia nacional (Carrion Junior, 1979). A economia brasileira que emergiu do Plano de Metas — já sob a condução das ditadu-

¹⁴ A menção ao Governo Brizola serve para lembrar que, do ponto de vista político, as tradições culturais gaúchas haviam desembocado na formação do trabalhismo, com seus diversos matizes no RS. O Governo Brizola diferenciou-se de seu predecessor (e, também, do seu sucessor, Ildo Meneguetti, do PSD) pelo seu apelo popular urbano e modernizante, considerando que o desenvolvimento da economia gaúcha deveria incorporar grandes investimentos em setores de ponta, vinculados aos setores industriais de bens de capital e intermediários, enquanto os políticos adversários entendiam ser necessário privilegiar a agropecuária e a indústria tradicionais já estabelecidas (Dalmazo, 1992).

¹⁵ Segundo o historiador marxista, “(...) a velha província manteve, depois de estabelecida a federação e a República, características não encontráveis em outras regiões do nosso País. Particularmente, a existência de uma classe média que sabia dar o tom aos processos, tonificando-os com a sua presença e com o seu apego a determinadas normas. A existência dessa classe média e a importância do seu papel no Rio Grande é que definem o que, no fim de contas, o Estado apresenta de mais firme e duradouro. Ora, é isso que já está com os seus alicerces abalados: nunca houve, como agora, tantas malocas rodeando as cidades, [...] Nunca o Rio Grande conheceu a miséria. Está sendo apresentado a ela, agora, e de uma forma violenta e singular”. Singular, porque o RS teria experimentado um tipo de desenvolvimento econômico peculiar, progressivo, orgânico, que estaria sendo solapado pela grande indústria de outras regiões que ocupam a vanguarda do crescimento econômico (Sodré, 1992, p. 110).

ras militares, com uma extensa matriz industrial, urbanizada, espacialmente integrada, etc. e que voltaria a crescer com o “milagre econômico” — teria relegado um papel secundário ao RS, como produtor de bens para a reprodução da força de trabalho e, mais recentemente, de bens intermediários. Como os ramos industriais que passaram a dinamizar o crescimento não se instalaram na região, esta passou a ter sua trajetória de desenvolvimento “subordinada” à acumulação capitalista no centro (Análise..., 1978).

2.3 - A nova economia gaúcha

Uma nova economia gaúcha começou a gestar-se nos anos 60, contemplando com um peso expressivo novos setores produtivos. Além disso, esses setores e os antigos articularam-se internamente e com a acumulação nacional de capital de modos totalmente distintos aos que vigoraram até os anos 50.

A industrialização pesada em escala nacional estabeleceu um novo regime de acumulação, que garantia a reprodução econômica em bases endógenas (Mello, 1982) e no qual a indústria de bens de consumo duráveis assumiu a liderança do crescimento econômico. Segundo uma interpretação plausível, a economia gaúcha teria rearticulado-se subordinadamente na economia nacional (Análise..., 1978), porque permanecia caracterizada pelas indústrias de bens de consumo não-duráveis, que perdiam seu dinamismo, inclusive, em função do arrocho salarial, e de bens intermediários, dinamizando-se graças a impulsos externos e perdendo a articulação interna entre seus setores produtivos.

Pensamos que este último aspecto é particularmente verdadeiro. A economia gaúcha perdeu sua unidade interna, baseada no isolamento do mercado regional e na solidariedade de desempenhos entre agricultura e indústria. A integração do mercado nacional provocou a desintegração da velha economia gaúcha (Targa, 1988). Contudo a tese da subordinação da economia gaúcha foi contestada em outra análise (Produção..., 1983), que tratou de averiguar a posição da produção gaúcha nos diversos ramos nacionais da produção agrícola e industrial, rejeitando a abordagem anterior do dinamismo setorial ou departamental da indústria.

Segundo essa nova interpretação, seria inadequado pensar em termos de subordinação entre setores industriais, cabendo, sim, diferenciá-los segundo suas diferentes taxas de expansão (que expressam a concorrência capitalista entre os diferentes ramos), para constatar, de fato, que, por conter os ramos mais dinâmicos com menor peso em sua estrutura, a indústria gaúcha, necessariamente, haveria de ter crescido menos. Mas isso não representaria, necessariamente, uma derrota da indústria regional no embate concorrencial, nem um menor dinamismo econômico. Nas análises setoriais da agricultura e da indús-

tria, procurando captar as condições da concorrência nacional intra-ramo, o estudo concluiu que os produtores regionais perdiam em uns ramos, mas ganhavam em outros, assinalando a retomada do crescimento industrial gaúcho, inclusive em termos mais acentuados que a média nacional, já no primeiro lustro dos anos 70 (Produção..., 1983).

Como se sabe, a economia brasileira retomou seu crescimento a partir de 1968. Nesse contexto, a economia gaúcha voltou a crescer, desempenhando mais intensamente o papel de poupadora ou fornecedora de divisas para a expansão da economia nacional. Associada a esse papel, emergiu a lavoura capitalista da soja que, assim como a do trigo, representava uma grande ampliação na modalidade de uso do solo, através do arrendamento de terras do latifúndio e do uso da mão-de-obra excedente nos setor da lavoura colonial. Tais mudanças trouxeram a emergência de novos atores sociais, como os assalariados rurais e os produtores agrícolas cooperativados. Ao mesmo tempo, a continuidade do processo de emigração de populações rurais gaúchas, na medida em que não se converteu em pobreza urbana, continuou contribuindo, de forma expressiva, para o povoamento de amplas áreas do território brasileiro.¹⁶

A retomada do crescimento da economia gaúcha em novas bases é indicativa de que alguma transformação estrutural significativa havia ocorrido, pois, subordinada ou não, a economia regional passava a usufruir positivamente dos impulsos dinâmicos da acumulação nacional. De fato, a já referida reação do Governo Brizola à exclusão do RS dos investimentos do Plano de Metas rendeu frutos, com ampla repercussão estrutural ao longo dos anos. Implantaram-se, no Estado, com apoio do Governo Federal, a Aços Finos Piratini, a Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), fábricas de tratores e máquinas agrícolas. Foi criado o Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com um importante papel para a expansão dos investimentos privados no Estado. Paralelamente, a reorganização dos setores elétrico e de telefonia, sob comando do Estado Regional (CEEE, CRT), parece ter sido suficiente para garantir as condições de expansão da (nova) economia gaúcha.

¹⁶ Essa emigração, que nos anos 50 havia sido comparada à dos retirantes nordestinos (Oliveira, 1960), possuía uma natureza completamente distinta. Os emigrantes, geralmente, levavam consigo algum pecúlio e conseguiam se estabelecer como pequenos proprietários em outras regiões. Era o próprio modo de produção baseado na pequena propriedade rural que migrava do RS, estendendo-se para as regiões contíguas (Accurso, 1993). Tratava-se da expansão de uma forma de produção, que não mais podia ter lugar no território gaúcho, e não de uma proletarianização. Não tivesse o RS contado com a possibilidade de evadir seus "excedentes" demográficos para outras regiões, a estrutura da sociedade gaúcha, com seu relativo equilíbrio social, teria sido fortemente abalada por uma proliferação desmedida da pobreza urbana e da rural.

Uma avaliação do desempenho da economia gaúcha entre 1960 e 1985 indicou que não houve perda de posição nacional e que foi possível recuperar a defasagem ocorrida nos anos 50, através de taxas de crescimento superiores à média nacional nos anos 70 (Accurso, 1993). Um traço marcante da evolução da economia regional nesse quarto de século foi sua abertura crescente para os mercados fora de suas fronteiras,¹⁷ expressão da efetiva integração do mercado interno brasileiro a partir dos anos 50, que modificou profundamente a articulação da economia regional no espaço econômico nacional, ampliando os vínculos de interdependência. As mudanças estruturais experimentadas pela economia gaúcha estão estreitamente relacionadas com esse crescente grau de abertura, pois o poder de compra que deu suporte às mudanças foi logrado graças aos mercados que vieram a se somar ao mercado regional.

A abertura econômica obrigou os agentes econômicos regionais a uma maior eficiência para fazer frente à competitividade mais intensa nos mercados em que penetravam. A economia do RS experimentou fortes ganhos de produtividade nesse período, que lhe garantiram condições para se expor à competição em mercados maiores e mais densos (nacionais e internacionais). Diante das possibilidades de crescimento oferecidas por essa abertura, transcorreu uma adaptação do aparelho produtivo às novas condições de mercado (Accurso, 1993, p. 78). Nas vendas para o Exterior, os produtos primários, que representavam 75% em 1973, caíram, em apenas 12 anos, para 39%. Nas transações interestaduais, também cresceu o peso dos produtos industriais, que alcançou mais de 80% da pauta na primeira metade dos 80.

“Combinando-se os dois efeitos, o de uma abertura cada vez maior e o da transformação de pautas em direção aos bens de maior densidade econômica e portadores de dinamismo mais intenso, tem-se uma clara explicação das forças que compuseram o carro-chefe do desenvolvimento gaúcho.” (ibid. 1999, p. 83).

A conclusão que se impõe é a de que a economia gaúcha se expôs à concorrência no mercado nacional integrado e venceu. Através das exportações, encontrou a maior parte dos estímulos dinâmicos autônomos para o crescimento. Segundo Accurso, se a demanda crescente sustentou o processo de crescimento, para que o mesmo se cumprisse, foram necessárias respostas correspondentes para que a oferta se instalasse. Além disso, na expansão da

¹⁷ “Nos anos 60, de cada 100 unidades monetárias produzidas, 33 unidades eram destinadas a atender a necessidades de outros estados ou do Exterior; em 1985, esse valor subiu para 57 unidades monetárias, o que significa dizer que mais da metade do que produz depende de consumidores distantes” (Accurso, 1993, p. 77).

oferta, esteve embutida uma produtividade crescente, garantindo a reprodução ampliada, que, por sua vez, exigiu mudanças qualitativas, materializadas na diferenciação do aparato produtivo. “Por isso, os ganhos de produtividade no RS foram tão importantes para as alterações estruturais e, por isso também, o considerável incremento de capital por homem empregado teve papel decisivo para as mesmas.” (Accurso, 1993, p. 87).

As respostas que os agentes econômicos no RS adotaram para se habilitar a apanhar os estímulos autônomos e difundi-los ampliadamente sobre a economia regional foram responsáveis por um notável **câmbio estrutural da economia e da sociedade gaúchas**.¹⁸ A agricultura e a indústria regionais tiveram grandes ganhos de produtividade, refletindo um processo de modernização, enquanto a sociedade gaúcha se tornava predominantemente urbana. A tese da subordinação da economia gaúcha, que poderia sugerir uma restrição ao crescimento econômico, em vista de a região não conter os ramos dinâmicos da economia nacional, parece estar definitivamente comprometida pelo desempenho da economia gaúcha nesses 25 anos (1960-85), embora ainda ressoe no imaginário de pelo menos parte da intelectualidade gaúcha.

Em vista dessas indicações, é possível enunciar a hipótese de que a nova economia gaúcha, com seu novo modo de articulação com a acumulação capitalista nacional, talvez tenha perdido certas características que haviam tornado o crescimento econômico socialmente virtuoso no período do “modelo gaúcho”, sem que tenham sido suprimidas as diferenças regionais de qualidade de vida e renda média em favor do RS frente à maior parte do País. De todo modo, as novas condições dessa economia regional não implicaram um menor dinamismo, quando a economia nacional voltou a crescer.

A relativa estagnação da economia brasileira nos anos 80 e a sua reestruturação nos anos 90 não parecem ter provocado qualquer defasagem específica da economia do RS frente ao crescimento econômico nacional. É certo que o desempenho nos anos 90 viu-se prejudicado por certas características do Plano Real, que se apoiou na redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e numa taxa de câmbio sobrevalorizada, afetando, negativamente, setores produtivos estaduais. Não obstante, nos anos 90, a economia gaúcha destacou-se por abrigar o segundo PIB agropecuário entre as regiões do País, detendo, também, a segunda posição nacional quanto ao valor adicionado na

¹⁸ Em 1960, 55% da população vivia no campo, e 57% do emprego estava vinculado à produção animal e de grãos. Em 1985, esses percentuais já eram de 28% e 30% respectivamente (Accurso, 1993, p. 88). Enquanto, em 1970, a agropecuária respondia por 19,6% do produto estadual (11,5% no Brasil), em 1989, essa participação alcançava apenas 9,5% (7,6% no Brasil), convergindo para a média nacional (FEE. NCR, 1990).

indústria de transformação (Accurso, 2000). Recentemente, a economia gaúcha também alcançou a segunda posição nacional entre as regiões no que se refere às exportações, através de uma pauta em que mais de 60% do valor corresponde a produtos industrializados. Caberá, em outra oportunidade, analisar as características regionais da reestruturação produtiva experimentada pela economia brasileira nos anos 90, que implicaram, dentre outras consequências, uma profunda desnacionalização no setor de agronegócios, que detém grande importância na economia do RS.

3 - Os projetos contemporâneos de desenvolvimento econômico

O projeto de desenvolvimento articulado pelo PMDB, pelo PSDB e pelo PPB em torno do Governo Antônio Britto conduziu o Estado regional e atuou sobre a economia gaúcha de 1994 a 1998. A principal estratégia desse projeto foi a atração de “conglomerados internacionais, com tecnologia de ponta (GM, Ford, Pirelli, Dell, etc.)”, para “(...) modificar e preencher os vazios da matriz produtiva do Estado”, propondo um “(...) novo surto econômico de desenvolvimento, incentivado pelo Estado”, capaz de reativar reflexivamente as indústrias tradicionais e aumentar significativamente o setor de comércio e serviços (Busatto, 2001, p. 2). Constatamos que, subjacente a essa principal estratégia, está um diagnóstico negativo sobre a economia gaúcha. Desse ponto de vista, fazia-se necessária uma proposta para a superação do quadro de “paulatina desestruturação” da economia gaúcha, que estaria com sua “(...) vocação agrícola histórica posta em xeque pelo esgotamento da fronteira agrícola”, situação agravada pela “competição dos países vizinhos (Argentina, Chile e Uruguai) com maior produtividade, no contexto do Mercosul”. Além disso, devido à globalização, as dificuldades de expansão na área industrial não seriam menores, pois o perfil da indústria gaúcha seria “(...) calcado em setores tradicionais, com origem na produção familiar”, sem capital e tecnologia suficientes para enfrentar os desafios da concorrência internacional (Busatto, 2001, p. 1).

O diagnóstico negativo sobre a economia gaúcha, não parece adequado, à luz das considerações feitas ao final da seção anterior. Salvo melhor juízo, essa percepção da economia gaúcha está defasada no tempo, pois considera que essa economia e os seus problemas continuaram os mesmos dos anos 60, desconhecendo o processo de modernização ocorrido desde então. Assim é que o problema do esgotamento da fronteira agrícola já estava dado, e constatado, nos 60 (ou mesmo antes), mas não impediu o crescimento da produção agropecuária gaúcha desde os anos 70 e sua manutenção, ainda nos dias de hoje, na segunda posição entre as regiões do País. Por outro lado, os resulta-

dos que a economia gaúcha vem obtendo há 10 anos com o Mercosul, ao contrário das primeiras expectativas e impressões, são muito positivos.¹⁹ A indústria gaúcha, embora mantenha, por força de suas origens, certa diferenciação frente à média da indústria nacional, teve reduzido para 50% o peso dos ramos “tradicionais”, dentre os quais vários segmentos se destacaram nos anos 90 por receberem investimentos (inclusive externos) e por apresentarem um comportamento dinâmico. A participação dos estabelecimentos pequenos (menos de 100 empregados) no conjunto do emprego da indústria regional tornou-se equivalente à média nacional, enquanto o desempenho da indústria gaúcha tem sido igual ou superior ao da indústria paulista e à média nacional.²⁰

Apesar dessas indicações, a percepção negativa acerca da economia gaúcha parece presente como um dos fundamentos do projeto de desenvolvimento do Governo Antônio Britto e talvez seja uma reminiscência de um diagnóstico antigo que reproduz o tom do recorrente discurso sobre a “crise da economia gaúcha” (Oliven, 1998). Possivelmente, em razão dessa percepção é que esse projeto de desenvolvimento pretendia estar “(...) recuperando a esperança dos gaúchos, perdida há décadas” (Busatto, 2001, p. 2).

Em decorrência desse diagnóstico e do eixo da estratégia de desenvolvimento, esse projeto considera o processo de desenvolvimento como exogenamente determinado, pois depende, crucialmente, da ação de agentes econômicos externos, ainda que se presuma uma postura ativa do Estado regional na “atração” dos investimentos e na preparação das condições de infraestrutura (mediante a privatização de estradas, energia elétrica e telefonia).

É possível que essas características do projeto que vimos considerando estejam relacionadas a uma percepção rostowiana do processo de desenvolvimento, que busca fazer a economia gaúcha trilhar o caminho que deu certo para as regiões desenvolvidas, vale dizer, São Paulo. Daí os esforços empreendidos no sentido de favorecer a implantação da indústria automobilística no RS, o que viria a completar e/ou ampliar a matriz industrial regional.

As forças sociais e políticas que dão suporte a esse projeto consideram que sua estratégia corresponde à visão desenvolvimentista, o que põe em dúvida a caracterização desse projeto de desenvolvimento como neoliberal, pois o

¹⁹ Entre 1992 e 1999, as exportações gaúchas para o Mercosul cresceram à taxa média anual de 12,85%, enquanto as exportações totais cresceram 2,04% a.a., o que ampliou o peso do Mercosul de 8,6% para 17,5% entre os diversos mercados de destino das exportações gaúchas (Macadar, Bello, 2000).

²⁰ Considerando os 12 anos entre 1986 e 1998, o crescimento médio anual da indústria de transformação foi de 1,22% no RS, alcançando 0,59% e 0,99% em São Paulo e no Brasil respectivamente (Lima, Passos, 2000, p. 121).

Estado aparece como indutor dos grandes investimentos privados que trariam a mudança da estrutura produtiva e o desenvolvimento. A inspiração desse projeto estaria na concepção desenvolvimentista, que assume como necessária a participação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, mantendo uma intervenção reguladora permanente dos desequilíbrios do capitalismo. Essa concepção assumida é contraposta à concepção liberal, considerada em sua forma abstrata, contrária a qualquer intervenção na economia, tida por prejudicial, garantindo apenas a livre concorrência e resguardando a moeda e o equilíbrio orçamentário (Busatto, 2001, p. 1-2).

Tomando por válida a presumida opção desse projeto pelo desenvolvimentismo, pensamos que essa perspectiva estaria fora de época porque conta com a possibilidade de reproduzir uma dinâmica que não é mais possível, devido à mudança do modo de regulação da economia em nível nacional, que se operou a partir do início da década de 90, com a abertura comercial e financeira, as privatizações, etc. O carro-chefe desse projeto, a instalação de montadoras de automóveis, não produz mais os efeitos dinâmicos do passado, devido à alteração do modo de adesão ao regime internacional, que, no setor, se traduz pelo novo regime automotivo, que acarretou mudanças no sistema de aprovisionamento de insumos das empresas automobilísticas (Castilhos, Passos, 1998). Seria também um desenvolvimentismo incompleto, porque, no quadro do Plano de Metas de JK, as indústrias de base e a infra-estrutura tiveram sua reprodução ampliada sob o controle do Estado, enquanto o Governo Antônio Britto optou pela privatização desses setores.²¹

Mas não podemos aceitar sem ressalvas a caracterização do desenvolvimentismo para o projeto em foco, na medida em que ela repousa num contraponto em abstrato com a concepção liberal. É forçoso observar que o Estado neoliberal é, antes de tudo, um Estado que atua em favor do mercado, geralmente de forma intervencionista e autoritária.²² Sua intervenção sobre a

²¹ Segundo Boyer (1999), no padrão de intervenção do desenvolvimentismo, o Estado e o setor público protegem o mercado interno, as empresas públicas detêm importante papel, a entrada de capitais é controlada e, sobretudo, **o Estado tem a iniciativa das decisões estratégicas que condicionam o longo prazo** (1999, p. 10-11).

²² Foi a ação decidida de certos Estados nacionais que criou o espaço institucional do mercado global (Chesnais, 1996). Desregulamentação e privatização são políticas ativas. O Estado neoliberal age em nome do "livre" mercado e da ideologia liberal, cujo discurso remete à redução do tamanho do Estado, o que, geralmente, não ocorre. Em escala mundial, os Estados nacionais atuam para assegurar a liquidez, comandar os valores relativos das principais moedas e, assim, conter as possibilidades de crise financeira ou monetária (Braga, 1993). Além dos Governos Thatcher e Reagan, também o governo FHC exemplifica o Estado neoliberal. Nos processos de privatização, o governo exerceu um papel ativo, inclusive na articulação dos compradores. Por outro lado, é notório que a direção do Estado se faz, em larga medida, através da edição de medidas provisórias que pautam o debate parlamentar.

economia não deixa de ser uma regulação das tendências destrutivas do movimento sem peias do capital, regulação que, todavia, se exerce estritamente para salvaguardar esse mesmo capital. Assim, o Estado neoliberal seria aquele mínimo apenas quanto aos compromissos sociais, enquanto deve ser o suficiente para assegurar a liberdade do capital (o “livre” mercado), a qual, supõe-se, deve trazer consigo o crescimento econômico.

Em vista dessa caracterização, parece-nos que a implantação do projeto do Governo Antônio Britto imprimiu certas características da forma neoliberal na condução do Estado regional. Este atuou como um Estado interventor em favor do mercado, retirando-se da esfera produtiva, através da venda de empresas públicas, concedendo isenções fiscais e emprestando recursos orçamentários ao grande capital para instalar-se no RS. Da mesma forma que sob o desenvolvimentismo, da intervenção do Estado também resultam agora mudanças produtivas, supostamente virtuosas, mas não a ampliação da atividade econômica exercida diretamente pelo Estado (o que efetivamente não foi pretendido). Mas especialmente distinto do desenvolvimentismo e até mesmo invertendo seu **significado de política econômica** é o aspecto de que, apesar das aparências em contrário (o ativismo dos quadros do Governo), o processo de mudança da estrutura econômica transcorre agora sob o controle e a direção do capital, segundo suas conveniências. Como se sabe, a instalação de novas montadoras de automóveis no País, nos anos 90, decorreu de decisões estratégicas dos capitais engajados nessa indústria no sentido da descentralização mundial e nos âmbitos macrorregionais.²³

Como que atestando a inversão do significado de uma política econômica, agora não é o Estado que estabelece a estratégia (o que somente poderia ocorrer a partir do Estado nacional), mas, sim, associa-se à perspectiva estratégica dos capitais. É o Estado regional que vai ao grande leilão instaurado entre as regiões do País, oferecendo vantagens fiscais para atrair investimentos do grande capital externo, cuja presença não é assegurada de forma duradoura nem garante por si só uma reconfiguração desejada da matriz produtiva. Decorre daí uma diferença essencial em relação ao desenvolvimentismo clássico, que concedeu, sim, benefícios ao capital estrangeiro, mas para montar uma estrutura produtiva planejada, dentro de um projeto de desenvolvimento nacional, exigindo contrapartidas (nacionalização de insumos) dos capitais beneficiados com as oportunidades oferecidas (Lessa, 1982).

²³ Tal descentralização, permitida pela automação flexível, foi buscada, dentre outros motivos, para evitar os problemas de congestionamento espacial e como reação à combatividade sindical em pólos industriais tradicionais.

Como parte do projeto em foco, vale considerarmos que foi realizada uma reestruturação do aparelho de Estado, cujas características e efetividade caberá avaliarmos com cuidado oportunamente. Essa reestruturação foi realizada, em parte, como contraface da privatização de algumas empresas públicas, considerada necessária para atrair os investimentos em infra-estrutura que o Estado regional estaria impossibilitado de realizar pelas graves condições das contas públicas. Não podemos ainda considerar, sem maior investigação, a adequação desse diagnóstico e da estratégia de privatizações, embora seja aceitável o argumento geral, em vista da crise fiscal e sobretudo financeira que marca o Estado brasileiro desde os anos 80.

Nesse sentido, convém referirmos quais as fontes de financiamento das ações promotoras do desenvolvimento realizadas no âmbito desse projeto que vimos comentando. Logo no início do Governo Antônio Britto, a alíquota do ICMS foi majorada de forma linear de 17 para 18%, o que deve apenas ter contribuído para minorar a redução das receitas, devida ao fraco desempenho da economia gaúcha nos anos 1994-98, no contexto do arranjo macroeconômico do Plano Real. As principais fontes de recursos públicos para as ações em favor do desenvolvimento foram os incentivos fiscais, na forma de cessão de receitas esperadas de impostos, os empréstimos de fundos públicos em condições favorecidas, além das privatizações da CRT, de parte da CEEE, da Companhia União de Seguros.

Se esse projeto contou, decisivamente, com a possibilidade de associar-se ao movimento geral da mundialização do capital, o projeto de desenvolvimento que vem se esboçando sob o Governo Olívio Dutra, ao contrário, enfrenta dificuldades, práticas e ideológicas, para estabelecer uma diretriz de expansão capitalista para a economia regional no atual contexto da economia global. A matriz ideológica socialista, considerada um dos fundamentos desse projeto, não pode fornecer uma indicação precisa para uma estratégia de desenvolvimento capitalista. Ao rejeitar a convergência estratégica entre Estado regional e grande capital externo, que caracteriza o projeto anterior, e ao pretender responder aos anseios dos agentes econômicos e forças sociais implicados com a atual matriz produtiva regional, esse projeto vê-se diante da necessidade de conceber algo inteiramente novo em matéria de estratégia de desenvolvimento.

Tendo em vista alguns aspectos da exposição anterior acerca das referências históricas do desenvolvimento econômico no RS, parece-nos que é possível conceber uma trajetória nova e totalmente distinta para esse processo nos dias atuais, e talvez o projeto do Governo Olívio Dutra (Frente Popular) esteja se desenhando nessa perspectiva, ainda que, paradoxalmente, afirme compromissos com a base produtiva tradicional (particularmente a pequena propriedade

rural).²⁴ As possibilidades de constituição de trajetórias próprias de desenvolvimento nas regiões, embora estreitas, ainda mais no plano econômico, são resultados das bases materiais preexistentes e de relações sociais (formas institucionais) constituídas ao longo da história.

O projeto do Governo da Frente Popular no RS, na medida em que propõe certas ações do Estado, guarda correspondência com a percepção e as expectativas que a sociedade gaúcha, mesmo em sua diversidade, tem desse mesmo Estado. Essa percepção da sociedade, por sua vez, remete à influência de uma cultura política remotamente constituída (valores políticos republicanos), inclusive a partir das práticas e visões do PRR nos primeiros 40 anos da República. Nesse período, como também em outros, o Estado regional tomou a si diversas tarefas econômicas e sociais, organizando de maneira eficiente os serviços públicos, particularmente na área de infra-estrutura.²⁵

Esse projeto de desenvolvimento da Frente Popular apóia-se nos chamados Sistemas Locais de Produção, já existentes, procurando ampliar sua integração, estimular os elos mais fracos das cadeias produtivas, assim como modernizá-los no seu conjunto. Aposta, também, na cooperação entre pequenas empresas através da formação de redes de comercialização de seus produtos, compra de insumos e desenvolvimento tecnológico, tendo este último amplo apoio de estruturas de difusão de tecnologia do Estado, articuladas com instituições universitárias. Outro aspecto central na estratégia de desenvolvimento econômico do Governo da Frente Popular é a prioridade acordada para os pequenos produtores rurais, seja reforçando os que já existem, através de um conjunto de medidas de fomento, seja criando novos proprietários através de uma política de assentamentos, ainda que bastante limitada.

²⁴ A trajetória histórica antes esboçada indica que, mesmo em nível de uma região, existe algum espaço para o que os regulacionistas chamam de *trouvaille* (achados) em termos de modo de regulação e de regime de acumulação, que podem desenvolver formas originais de reprodução econômica e social. No RS, as especificidades do escravismo (Targa, 1996a), a formação do mercado de trabalho (Herrlein Jr. & Dias, 1993), a derrota da oligarquia rural no início do século, o trabalhismo, o movimento sindical ao longo da história republicana (Petersen, 1979), assim como a chamada distribuição inicial de ativos (terra e educação básica) (Targa, 1996c) formam um conjunto de elementos que permitiram a constituição de uma sociedade menos desigual.

²⁵ O Governo da Frente Popular no RS formula um projeto de desenvolvimento que, ao nosso ver, parece inconscientemente referenciado em certos "achados históricos" que, em termos econômicos, sociais e políticos, compuseram o "modelo gaúcho" de desenvolvimento. As referências daquele período histórico apresentam diversas características que parecem se recolocar na atualidade: o protagonismo desempenhado pelo Estado regional, paralelo ao deslocamento do poder político regional, o cuidado na gestão (dita transparente) da coisa pública tendo em vista o "bem social", o surgimento de novas formas institucionais (orçamento participativo), o compromisso do Estado com um leque mais amplo de setores produtivos locais.

Em todos esses aspectos revela-se um traço característico desse projeto, que, em comparação com o projeto anterior, considera inversamente a determinação do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento é percebido como resultado de um movimento interno dos agentes econômicos regionais, estimulado pelas ações do Estado regional. As ações promotoras do desenvolvimento parecem não pretender provocar grandes impactos sobre a estrutura produtiva (algo possível apenas pela ação estratégica de grandes capitais ou, talvez, do Estado nacional), mas têm de desdobrar-se em inúmeras inserções microeconômicas que pretendem aprimorar o tecido produtivo e, supostamente, capacitá-lo para captar os estímulos dinâmicos do mercado.

Para financiar as ações promotoras do desenvolvimento econômico, o projeto da Frente Popular tem um leque restrito de opções. Contrariamente à diversidade de fontes a que recorreu o projeto anterior, esse projeto fundamenta-se, basicamente, sobre os recursos fiscais. Entretanto, numa atitude paradoxal e possivelmente intempestiva, o Governo Olívio Dutra promoveu prontamente uma redução linear da alíquota geral do ICMS, que retornou aos 17%, sem apresentar, simultaneamente, uma proposta para uma contrapartida de recuperação tributária. Restringindo-se às fontes fiscais, o acento desse projeto recai sobre a busca de melhoria na arrecadação, através do combate à sonegação e mesmo do aumento de impostos. Ao longo da gestão à frente do Governo Estadual, gerou-se a proposta de fornecer incentivos fiscais a setores selecionados vinculados às cadeias produtivas regionais, através da diferenciação de alíquotas do ICMS, para fomentar a geração de emprego, renda e aprimoramento tecnológico a partir de novos investimentos. As privatizações foram suspensas, e o Estado regional começa a expandir suas atividades na área energética (gás) e pretende ingressar no campo da transmissão de dados por cabo de fibra ótica (CEEE).

Os mecanismos efetivos de distribuição de renda a partir das políticas do Estado regional são muito limitados. No entanto, pretende o Governo da Frente Popular que, a partir das decisões do Orçamento Participativo, seja possível estabelecer prioridades que atendam à maioria da população. Dessa forma, nos dois primeiros anos de governo, a educação, a saúde e a agricultura familiar têm recebido a prioridade nos investimentos e gastos de custeio do Estado. Um outro vetor de distribuição de renda e riqueza é o apoio às atividades econômicas autogeridas (cooperativas de trabalhadores), que se encontra em fase embrionária. Esse projeto tem esbarrado na limitação de recursos, em que pese o aumento significativo da arrecadação, que ocorreu devido ao rigor fiscal e à retomada do crescimento econômico no Estado. Outro obstáculo que tais forças políticas vêm enfrentando para a implantação de seu projeto de desenvolvimento é a atuação da oposição na Assembleia Legislativa, que, dispondo de folgada maioria, tem barrado as iniciativas do Governo.

No interior do Governo e na sua base de sustentação social e política existe uma tensão permanente quanto ao nível de concessão de incentivos a ser feito para os empresários e quanto à prioridade a ser conferida a diferentes setores da economia. De uma forma esquemática e quase caricatural, poderíamos dizer que existem dois pólos entre os quais se situam as diferentes correntes de pensamento desse campo político no que se refere àquela questão. De um lado, há os que pensam em priorizar os setores de alta tecnologia, que poderiam encontrar nichos de inserção na economia nacional e internacional e, de outro, estão aqueles que pensam apenas em reforçar as confirmadas “vocações” econômicas do Estado. Há, ainda, uma variante desta última posição, variante que tem um viés “ludista”, que vê com certa desconfiança a modernização do aparelho produtivo, principalmente da pequena propriedade rural. Supomos que a maioria dos quadros do Governo, assim como de sua base de sustentação, tem uma posição intermediária entre esses dois pólos. É o que se pode depreender das práticas do Governo.

É necessário acrescentar que, no nosso entender, o quadro de crescimento da economia gaúcha nos últimos dois anos em patamar superior à média nacional deve-se muito mais à desvalorização cambial do que à ação do Governo Estadual. Não obstante, esse crescimento serve como contraprova em favor da matriz produtiva estadual, que responde positivamente aos estímulos dos mercados nacional e externo, após o ajuste da taxa de câmbio. Cabe investigar até que ponto o atual Governo encontra êxito em seu propósito de criar um ambiente e sinergias que podem potencializar o atual quadro ascendente da economia regional. Também será importante considerar em que medida esse desempenho está favorecido pelas ações desenvolvidas no âmbito da execução do projeto anterior, que reivindica a atração de diversos investimentos externos importantes, além das melhorias na infra-estrutura atribuídas à privatização.

4 - Conclusão

Os dois projetos de desenvolvimento que nos propomos analisar são informados, de uma forma ou de outra, por práticas sociais e idéias do passado, que se configuram, inclusive, nas combinações institucionais (modos de regulação) que enquadram a reprodução econômica. As relações entre, de um lado, as políticas do Estado e os comportamentos de classes e frações de classe durante a Primeira República e nos diversos momentos posteriores da história regional e, de outro, os projetos que estudamos passam por muitas mediações. Desvendá-las, ainda que parcialmente, é um desafio. Procurar captar no discurso dos protagonistas, através de entrevistas, declarações oficiais, etc., os traços das influências do passado, assim como apreender nas ações concretas

dos governos e organismos da sociedade civil a resultante de longas evoluções ou eventuais rupturas são meios que nos possibilitarão analisar a coerência e as possibilidades dos projetos que se defrontam não só no RS, mas também em nível nacional.

Evidentemente, mesmo que esse conflito em nível regional possa ter uma duração relativamente longa, ele também tem o caráter de ensaio geral em relação aos grandes confrontos que acontecem em nível nacional, estes, sim, trazendo possibilidades de alterações muito mais profundas e significativas que aquelas que se dão em nível local ou regional. Apesar de termos um compromisso com a objetividade e o rigor científico, não somos neutros, pois acreditamos que a neutralidade científica é um mito. Além dos objetivos acadêmicos, este estudo pretende, modestamente, ajudar a clarear os caminhos que podem levar a uma sociedade mais justa, fraterna e democrática.

Bibliografia

ACCURSO, C., CANDAL, A., VERAS, A. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre: Assembléia Legislativa, n. 16, 1965.

ACCURSO, Cláudio. Relações macroeconômicas da economia gaúcha – 1960-85. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, 1993.

ACCURSO, Jorge. A economia gaúcha nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

ALMEIDA, Pedro. A gestação das condições materiais de implantação da indústria gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 1992.

ANÁLISE da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: FEE, 1978. (25 anos de economia gaúcha).

BAK, Joan L. **O processo de expansão da indústria do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1955**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1993. (mimeo).

BAK, Joan L. **Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937**. [s.l.]: Yale University, 1977.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 12, 1999.

BOYER, Robert. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris: La Découverte, 1987.

BOYER, Robert. Les problématiques de la régulation face aux spécificités sectorielles. **Cahiers Économiques et Sociologie Rurales**, Paris, n. 117, 1990.

BRAGA, José Carlos S. A financeirização da riqueza. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 2, 1993.

BUSATTO, Cêzar. **Os incentivos fiscais como instrumento de uma política de desenvolvimento econômico e social**. Porto Alegre: Gabinete do Deputado Estadual, Assembléia Legislativa/RS, 2001.

CANO, Wilson **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo; Campinas: Global; UNICAMP, 1985.

CARRION JÚNIOR, Francisco M. A economia do Rio Grande do Sul — evolução recente. In DACANAL, J. H., GONZAGA, S. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CASTILHOS, Clarice, PASSOS, Cristina, (coords.). **Competitividade e inovação na indústria gaúcha**. Porto Alegre: São Leopoldo; FEE; UNISINOS, 1998.

CASTRO, Antônio B. de. A industrialização descentralizada no Brasil. In —. **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense, 1971.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DACANAL, J. H., GONZAGA, S. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DALMAZO, Renato. **Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul, 1940-1974**. Porto Alegre: FEE, 1992. (Teses).

FARIA, Luiz A. Estrella. **Um estudo sobre o regime de acumulação da economia brasileira**. Porto Alegre, 1985. (Relatório de pesquisa; mimeo).

FISHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius, (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

FONSECA, Pedro C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREITAS, Décio. O desfalecido orgulho gaúcho. In: FISHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius, (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM 1992.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Núcleo de Contas Regionais. O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto. In: ALMEIDA, Pedro (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre, FEE, 1990. t. 1.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1982.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo, DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n.1, 1993.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR, n. 14, 2000.

HERRLEIN JUNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese (Doutorado em Economia). – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000a.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIPIETZ, Alain. **Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde**. Paris: La Découverte, 1985.

MACADAR, Bely M., Bello, Teresinha da S. O contexto internacional e o comércio externo do Rio Grande do Sul na década de 90. In: FLIGENSPAN, Flávio, (coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

MELLO, João M. C. CARDOSO DE. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

OLIVEIRA, Franklin de. **Rio Grande do Sul: um novo nordeste?** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

OLIVEN, Ruben. Na fronteira da Nação: o regionalismo gaúcho. In TARGA, Luiz R. P., (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: Lajeado; UFRGS; FEE; UNIVATES, 1998.

PASSOS, Cristina, Lima, Rubens Soares de. Tendências da indústria gaúcha nos anos 90: sintonias e assimetrias. In: FLIGENSPAN, Flávio, (coord). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. Da frustração histórico do Rio Grande. In: FISHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius, (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

PETERSEN, Sílvia. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S. **RS: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINTO, Celi R. J. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

PRODUÇÃO gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista, A. Porto Alegre: FEE, 1983. t. 1.

SODRÉ, Néelson Werneck. Minha vida no Rio Grande. In: FISHER, Luiz Augusto, GONZAGA, Sergius, (coords.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM 1992.

SOUZA, Paulo. Renato. **Un modelo primário exportador regional**: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Santiago: Facultad Economía Política; Universidad de Chile, 1973. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas.

TARGA, Luiz R. P., RIBEIRO, P. S., HERRLEIN JUNIOR, R. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In TARGA, Luiz R. P., (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: Lajeado; UFRGS; FEE; UNIVATES, 1998.

TARGA, Luiz Roberto, (org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: Lajeado; UFRGS; FEE; UNIVATES, 1998.

TARGA, Luiz Roberto, (org.). **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996.

TARGA, Luiz Roberto. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In —. **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996a.

TARGA, Luiz Roberto. Elites regionais e formas de dominação. In —. **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre; Lajeado: UFRGS, FEE; UNIVATES, 1998a.

TARGA, Luiz Roberto. O processo de integração do mercado interno brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988.

TARGA, Luiz Roberto. Permanências na longa duração. In —. **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996c.

TARGA, Luiz Roberto. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In —. **Gaúchos & paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996b.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TORRES, J. C. BRUM. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 1983.